

**Reunião do Conselho Municipal de Educação de Campos do Jordão –
03 de outubro de 2023**

No terceiro dia do mês de outubro de 2023, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação de Campos do Jordão os membros do Conselho Municipal de Educação abaixo-assinados, para discutir a seguinte pauta:

- Apresentação das ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação no mês de setembro
- Discussão sobre o cargo de Coordenador Pedagógico no Plano de Carreira do Magistério
- Discussão sobre deliberação referente ao período do Planejamento no Calendário Escolar
- Discussão sobre deliberação de um Sistema de Avaliação Municipal da Educação Básica

O senhor Edson Godoy, vice-secretário de Educação do município, tomou a palavra, reforçando a fala do presidente do Conselho sobre a importância de que os membros eleitos para o Conselho tenham conhecimento sobre as leis que regem a educação, em especial sobre uso de verbas e remuneração. Ele também pontuou que é importante levar em consideração a ética no desempenho das funções dos membros do conselho, tendo cuidado com divulgação de informações. Sobre a lei federal sobre a criação de escolas integrais, ele informou que a secretaria estruturou um projeto de lei para ser apreciado pelo Conselho para depois ser encaminhado para a Câmara Municipal para ser normatizado. Os detalhes de funcionamento deste projeto serão estabelecidos por decreto, respeitando as necessidades de cada escola. Para atender a essas demandas, já estão sendo feitas reuniões com os gestores das escolas. Os projetos de reforço de português e matemática são obrigatórios. A senhora Heidy lembrou que na fiscalização do Tribunal de Contas, a Secretaria de Educação foi questionada sobre todos os projetos, matriz curricular, atendimento especializado, cardápio, horários, etc.

A senhora Cristiane leu a proposta da escola integral elaborada pela Secretaria para os membros do Conselho. Ela esclareceu, por exemplo, que mesmo que a escola não tenha espaço físico para determinadas atividades, é possível fazer parcerias com outras instituições públicas e privadas, bem como outras secretarias, para uso de outros locais. O projeto também estabelece critérios gerais para a seleção de alunos para atendimento na escola integral, sendo priorizados os alunos em situação de vulnerabilidade social. O período integral será de 7 horas diárias para o Fundamental II e de 9 horas para o Fundamental I, por conta do transporte, considerando que os alunos menores não têm autonomia para voltar sozinhos para casa. As aulas de oficina e ensino regular estarão mescladas durante este período, atendendo a demandas dos diretores. O senhor André Valoni, presidente do Conselho, informou que ficará em aberto para apreciação e sugestões até sexta-feira, quando será enviado o parecer do Conselho.

A senhora Luciana, supervisora de ensino, convidou os membros do Conselho para participar da reunião do CONAE dia 16 de educação na secretaria, que tratará das diretrizes do Plano Municipal de Educação, estruturado em sete eixos para a melhoria da educação municipal dentro dos próximos dez anos,



Ela lembrou que também é preciso levar em consideração que também é preciso disponibilizar oportunidades para os alunos interessados estudarem, como por exemplo, através da parceria com o Instituto Federal.

Sobre o questionário realizado entre os professores, o senhor Edson informou que os professores solicitaram mais cursos práticos, aulas de tecnologia (que já estão sendo agendadas com a professora Suzane) e formação em Educação Especial. Sobre TDC's híbridos, online e presenciais, não é possível atender a essa demanda, até por questões de legislação. Sobre o compartilhamento de boas práticas em educação, a Secretaria montou um espaço confortável para que possam ser gravados podcasts por professores e funcionários, já que nem todos se sentem à vontade de falar em público.

Sobre a escola da Campista, a Secretaria propõe fechar a escola por não poder oferecer aos alunos a mesma qualidade de ensino que as demais unidades oferecem, apesar da resistência dos moradores locais. Ano passado houve mobilização dos moradores pelo não fechamento da escola, mas o mínimo de alunos não foi mantido. A Secretaria solicitou um parecer do Conselho sobre esta questão, considerando que há transporte escolar para os alunos do bairro, bem como melhor estrutura nas demais escolas da rede.

O presidente do Conselho informou que em reunião com o senhor prefeito, foi informado que todos os conselhos municipais sofrem pela demora de resposta do executivo. Ele também informou sobre a seriedade de nosso trabalho, atendendo as demandas que são de competência deste Conselho e encaminhando as que não o são.

Sobre a questão do cargo de Coordenador Pedagógico, foi passada a palavra à senhora Rosélia, representante dos coordenadores do Fundamental II. Ela informou os demais coordenadores sobre o Plano de Carreira, o Fundeb e o VAAR, o que, por solicitação dos demais coordenadores, foi repassado em TDC aos professores do Fundamental II. Sobre a função de Coordenador Pedagógico, os coordenadores pedem que o artigo do Plano de Carreira que determina que os coordenadores trabalhem 40 horas semanais, mas recebam por 30 horas, seja revisto, pois este artigo não estava previsto na primeira minuta, aprovada pela comissão. O senhor Edson esclareceu que este artigo foi revogado e os coordenadores recebem o seu salário e um adicional por função de confiança, de 8 horas semanais, obedecendo legislação federal. A senhora Rosélia, como porta-voz dos demais coordenadores da rede, solicitou que a questão da remuneração seja revista esta questão para maior valorização deste cargo. A senhora Heidy questionou se é possível garantir que a escolha do coordenador pedagógico obedeça a escolha dos diretores e não critérios políticos. O senhor Edson informou que a prioridade neste momento é aprovar o Plano de Carreira do quadro de apoio, o que não exclui que essa questão possa ser alterada na revisão do Plano de Carreira do Magistério futuramente.

A senhora Rosélia também questionou se há possibilidade de oferecimento de vans para atender os alunos da EJA, pois não há ônibus que atenda o horário de término das aulas do período noturno, o que fez com que muitos desistissem da escola. O senhor André solicitou à senhora Rosélia cópia da documentação enviada por ela para a viação, para que o Conselho possa enviar solicitação a respeito para o Executivo e o Legislativo. O senhor Edson esclareceu que não é interesse da Secretaria fechar o período noturno, tanto que foram feitos projetos, como o da Univesp, na escola Tancredo no período. A senhora Fátima esclareceu que o



transporte na prefeitura foi terceirizado. O senhor Edson informou que é preciso fazer nova licitação para nova rota, para o que é necessário informar de antemão o número de alunos a serem atendidos, porém a taxa de evasão na EJA é alta. A senhora Rosélia sugeriu fazer um levantamento dos alunos em potencial, que desistiram da EJA por falta de transporte.

O senhor André sugeriu a criação de uma câmara dentro do Conselho para estudar a questão e elaborar um projeto a ser apresentado para o Executivo. Ele também solicitou à senhora Heidi que comunique aos demais gestores a necessidade de envio de um ofício com os argumentos que justifiquem a contratação de um coordenador específico para a escola integral.

Sobre o Planejamento, que foi solicitado na última reunião que seja incluído no início do ano letivo, o senhor André solicitou a ajuda dos demais membros para formalização dessa deliberação. Não recebemos da educação um esboço do calendário para o próximo ano letivo, mas é importante que os dois dias de planejamento sejam sempre no início do ano letivo.

O senhor André comunicou que espera que a câmara do Plano de Carreira seja inclusa no regimento do Conselho, para que a próxima composição do Conselho possa dar prosseguimento ao que já foi construído e conquistado. Sobre o Sistema de Avaliação Municipal, ele informou que o Conselho deve emitir um parecer a respeito da qualidade necessária a este sistema para garantir a qualidade de ensino que também garanta o aumento do repasse de verbas federais no futuro e para isso é necessário conseguir mensurar o aprendizado, em todas as séries, se as habilidades e competências necessárias estão de fato sendo desenvolvidas em sala de aula. A senhora Ana Paula lembrou que o sistema de avaliação dos profissionais da educação deveria ser repensado também, pois atualmente depende apenas do olhar do diretor e nem todos seguem os mesmos critérios, ou critérios justos, pois perde-se pontos por afastamento em licença médica. O senhor André lembrou que, embora nem sempre seja dado o devido crédito ao Conselho, somos ouvidos e nossas sugestões e solicitações já deram frutos, no entanto, o poder do Conselho e mesmo a Secretaria de Educação têm um poder limitado.

Sem mais, encerramos a reunião.



